



## Senado aprova MP que facilita privatizações no setor elétrico

Medida provisória também reduz subsídios do governo a concessionárias e facilita leilões de energia elétrica. Incentivo a termoeletricas gerou polêmica e foi mantido

O Plenário do Senado aprovou ontem mudanças nas regras no setor elétrico. A medida provisória, que já está em vigor, precisa agora ser sancionada pelo presidente Temer para virar lei.

As alterações buscam facilitar concessões e privatizações no setor, reduzir a burocracia de leilões de energia elétrica e subsídios do governo a concessionárias. O texto também permite a privatização de distribuidoras estaduais de energia que foram federalizadas. A MP do Setor Elétrico prevê ainda a isenção

da taxa da Conta de Desenvolvimento Energético nas contas de luz de consumidores de baixa renda.

Durante o debate da MP, os senadores divergiram quanto a artigo que prevê incentivo a termoeletricas movidas a carvão. Alguns consideram essa fonte de energia como "suja". Senadores sulistas, cujos estados têm indústria carvoeira, defenderam a medida.

Como a MP perderia a validade hoje, os senadores optaram por aprovar o texto sem alterações para evitar que voltasse para a Câmara. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores discutiram a MP por mais de três horas e decidiram aprová-la sem alterações para que não perdesse validade

**Tunísia e Irã devem ter novos embaixadores **7****

**Comissões propõem emendas ao Orçamento **8****

**Medida sobre segurança pública tranca pauta **3****

**Comitiva vai ver caso de guaranis-kaiowás em MS **5****



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros (4º à esq.) conversa com líderes partidários sobre PEC

**Votação do teto de gastos deve ser concluída em 13 de dezembro**

Em reunião ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes dos partidos fixaram o calendário de votação da PEC que limita os gastos públicos, que atualmen-

te está na Câmara. A segunda e última votação no Plenário do Senado ficou marcada para 13 de dezembro. Hoje haverá nova reunião para marcar votação de outros projetos. **8**

**PEC vira assunto principal na Comissão de Educação **4****

**Comissões das MPs sobre ensino médio e EBC iniciam trabalhos**

Foram instaladas ontem as comissões mistas encarregadas de analisar quatro medidas provisórias. Para relator da MP que promove mudanças no ensino médio

foi eleito o senador Pedro Chaves. Já a medida que alterou a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) será relatada por Lasier Martins. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Comissão da MP sobre compra de papel-moeda será presidida por Telmário Mota

**Especialistas denunciam que mamógrafos são subutilizados**

Participantes de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais disseram que a quantidade de mamógrafos no país é suficiente para todas as mulheres acima de 40 anos.

No entanto, a falta de manutenção e a má distribuição dos equipamentos fazem com que sejam subutilizados. O debate faz parte da campanha Outubro Rosa. **6**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Edison Lobão, presidente da comissão, entre os participantes da audiência

**Vai a Plenário acúmulo de cargos por PMs**

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a proposta que permite a autorização para que militares dos estados e do Distrito Federal exerçam, de forma cumulativa com funções nas polícias e nos corpos de bombeiro militares, profissões regulamentadas de saúde ou cargo de professor. A possibilidade já é assegurada a servidores civis. A PEC segue para o Plenário. **5**

**Flexibilização da hora da Voz do Brasil avança**

O horário de transmissão do programa radiofônico *A Voz do Brasil* poderá ser flexibilizado. A comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória 742/2016 aprovou ontem substitutivo do relator, deputado José Rocha (PR-BA), que torna definitiva a flexibilização autorizada para o período dos Jogos Olímpicos deste ano, realizados no Rio de Janeiro. **4**

**Plenário elege 2017 e 2018 como o Biênio da Matemática **3****

**Rodovia na Região Sul pode ser federalizada **6****

**Senado terá grupo parlamentar com diversos países **7****

**Livro reúne sessões que resultaram no impeachment **2****



Rogério de Sá/Agência Senado

O senador Lasier Martins (D) fala na comissão que analisará a medida provisória sobre a Empresa Brasil de Comunicação

## Comissão começa a estudar MP que muda ensino médio

Também foram instaladas comissões que analisarão a medida que afeta a Empresa Brasil de Comunicação, a que permite a importação de papel-moeda e a que muda as regras de concessão de rádio e televisão

AS COMISSÕES MISTAS encarregadas de emitir parecer sobre quatro medidas provisórias foram instaladas e elegeram seus presidentes e relatores ontem. Entre as MPs, estão a que mudou a organização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a que alterou as normas de funcionamento do ensino médio.

A MP 744/2016, que estabeleceu mudanças na estrutura da EBC, será relatada pelo senador Lasier Martins (PDT-RS). Para a presidência, foi eleito o deputado Ságuas Moraes (PT-MT). A medida acabou com o Conselho Curador da EBC e deu poder ao presidente da República, Michel Temer, para destituir o presidente da empresa.

Em seguida, foi instalada a comissão mista da MP 745/2016, que autoriza o Banco Central a comprar papel-moeda no exterior. O senador Telmário Mota (PDT-RR) foi eleito presidente. Para a relatoria, foi indicado o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

O deputado Izalci (PSDB-DF) foi escolhido para presidir a comissão da medida provisória que alterou regras curriculares e de funcionamento do ensino médio (MP 746/2016). Como relator, foi designado o senador Pedro Chaves (PSC-MS). A MP cria a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Para isso, eleva a carga horária mínima anual progressivamente das atuais 800 horas para 1,4 mil horas. Entre as mudanças contidas no texto, está a que torna facultativo o ensino de arte, educação física, sociologia e filosofia.

### Concessões

A comissão mista da MP 747/2016, que altera o processo de concessão de rádios e TVs, será presidida pelo senador Cidinho Santos (PR-MT). O relatório será elaborado pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). A medida determina que interessados em renovar a concessão ou a permissão apresentem

requerimento nos 12 meses anteriores ao término do prazo da outorga. As entidades que não fizerem o pedido de renovação no tempo previsto serão notificadas para que se manifestem em até 90 dias.

### Tramitação

A medida provisória é um instrumento com força de lei adotado pelo presidente da República em casos de relevância e urgência, cujo prazo de vigência é de 60 dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Produz efeitos assim que o presidente a assina, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei.

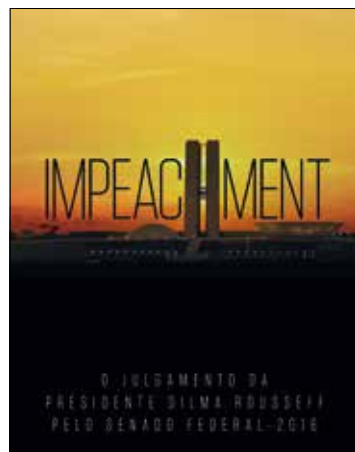
Depois de aprovada na Câmara e no Senado, a MP (ou o projeto de lei de conversão se houver modificação do texto original) é enviada à Presidência da República para sanção. O presidente tem a prerrogativa de vetar o texto parcial ou integralmente, caso discorde de eventuais alterações feitas no Congresso.

## Livro traz íntegra dos debates do impeachment

As 109 horas da sessão do Senado que culminou no impedimento de Dilma Rousseff estão consolidadas no livro *Impeachment — o julgamento da presidente Dilma Rousseff pelo Senado Federal*, editado pela Secretaria Agência e Jornal do Senado.

Com 664 páginas, o livro contém as notas taquigráficas da histórica sessão, realizada em seis dias de trabalho intenso, com a indicação dos horários dos principais fatos que marcaram a semana de 25 a 31 de agosto de 2016.

O livro traz ainda galerias de imagens retratando todas as fases do julgamento — desde a abertura até o julgamento



Livro publicado pelo Senado pode ser baixado gratuitamente pela internet

final, passando pelo depoimento das testemunhas, pelo debate entre os advogados da acusação e da defesa, pelos pronunciamentos dos sena-

dores e pelo interrogatório da presidente Dilma Rousseff.

Impresso pela Secretaria de Editoração e Publicação do Senado, o livro tem apresentação do presidente do Casa, Renan Calheiros, e textos de introdução do secretário-geral do Senado e escrivão do processo de impeachment, Luiz Fernando Bandeira, e da secretária-geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal, Fabiane Pereira de Oliveira Duarte. A sessão de julgamento foi conduzida pelo então presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski.

Leia o livro em formato PDF: <http://bit.ly/LivroImpeachment>

## Presidência sanciona lei que libera recurso extra para Fies

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.349/2016, que abre crédito de R\$ 1,103 bilhão para o Ministério da Educação. Desse total, R\$ 702,5 milhões serão destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e R\$ 400,9 milhões ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A lei foi

sancionada pelo presidente da República em exercício, Rodrigo Maia, poucas horas depois de ser aprovada pelo Congresso. Como a discussão havia sido adiada duas vezes por falta de quorum, o governo atrasou os repasses, o que levou essas instituições a advertir que isso inviabilizava a manutenção de estudantes.

## Queda na taxa de juros é tímida, critica senadora Gleisi Hoffmann

A presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Gleisi Hoffmann (PT-PR), divulgou ontem comuni-

cado criticando a velocidade na redução da taxa de juros anunciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

### Nota na íntegra

A queda de 0,25 ponto percentual na taxa Selic anunciada há pouco pelo Copom, além de tarde, veio tímida. Acuado pela recessão que só faz recrudescer, o Banco Central continua errando ao não reduzir os juros de forma mais acelerada e contundente. O país necessita de medidas firmes e urgentes para ajudar a aliviar a crise que atinge nossa economia e impõe perda de emprego e renda às pessoas. No momento em que o governo insiste em seu questionável projeto de limitar os gastos públicos pelos próximos 20 anos, convém ressaltar que o corte na taxa Selic é de fundamental importância para a estimular a atividade econômica. Tenho convicção de que a melhor forma de fazer o Brasil crescer, neste momento, é ampliar os investimentos públicos e baixar os juros, medidas que contribuirão, de verdade, para incentivar empresários e consumidores. Precisamos de mais ousadia!

Gleisi Hoffmann

Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

## Senado cobra seguro para pagamento de terceirizados

A Diretoria-Geral do Senado respondeu aos questionamentos de Paulo Paim (PT-RS) sobre o pagamento de 487 servidores terceirizados que, há três meses, cobram da empresa Qualitécnica o

valor de rescisões trabalhistas. Segundo o documento, enviado ao gabinete de Paim, o Senado aguarda a resposta do banco responsável pela carta-fiança de R\$ 1,2 milhão que permitirá o pagamento.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CRA Censo Agropecuário

**8h** Audiência pública interativa para discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017. Entre os convidados do debate, estão representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em seguida, haverá a apresentação de um projeto de lei que disciplina o repasse de recursos do governo federal aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal para apoio às ações de defesa agropecuária.

### LEI DO ESPORTE Financiamento

**9h** A comissão que vai elaborar a a Lei Geral do Esporte faz três audiências: a primeira com a professora Cássia Damiani; depois, com secretários de Esporte; por fim, representantes de entidades.

### PAUTA FEMININA Câncer de mama

**10h** 35ª edição do Programa Pauta Feminina, no plenário 9 da Ala Senador Alexandre Costa, com o tema "Câncer de Mama: acessibilidade dos exames preventivos para a mulher com deficiência".

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

**14h** Sessão destinada a discursos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



# Senado aprova novas regras para setor elétrico

Medida provisória facilita concessões e privatizações no setor. Incentivo a termoeletricas movidas a carvão gerou polêmica, mas foi mantido no texto que segue a sanção

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 735/2016, que altera regras no setor elétrico. A proposta segue para sanção do presidente Michel Temer na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/2016, pois sofreu mudanças na tramitação no Congresso.

Entre outras alterações, a medida facilita processos de privatização, reduz a burocracia de leilões, reduz custos da União com subsídios a concessionárias e permite a desestatização de empresas distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

Também estabelece a isenção da taxa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nas contas de luz dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, que reúne consumidores de baixa renda.

— A Tarifa Social foi criada em 2010 e dá descontos de 10% a 65% conforme a faixa de consumo. Para indígenas e quilombolas, pode chegar a 100%. Com a MP, os beneficiados, além do desconto na tarifa, terão a isenção da CDE. É uma medida de justiça — disse Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator-revisor.

A MP 735 permite a trans-



Senadores divergiram em relação a artigo que prevê incentivo a termoeletricas, consideradas por alguns como poluentes

ferência da administração de encargos do setor elétrico da Eletrobras para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), uma associação civil sem fins lucrativos que reúne agentes do setor elétrico (empresas de geração, transmissão, distribuição e consumidores).

A transferência é válida a partir de 2017. A CCEE viabiliza as atividades de compra e venda de energia no país e promove discussões voltadas à situação do mercado.

Valadares destacou algumas mudanças importantes feitas na MP por sugestão dos par-

lamentares, entre elas, uma emenda de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para garantir a manutenção do emprego dos funcionários das concessionárias que forem vendidas.

— Há concessionárias deficitárias que vão sair do âmbito dos estados para serem incorporadas por outras empresas. O que fazer com os trabalhadores? O PLV propõe que haja manutenção de ao menos 90% do quadro dos empregados — explicou Valadares.

Ele também citou a manutenção no texto dos subsídios às cooperativas de eletrificação rural. A extinção estava

prevista originalmente na MP e foi revertida na tramitação.

## Carvão

Os senadores discutiram a MP por mais de três horas. Um dos pontos de divergência foi o artigo 20, que prevê incentivos para termoeletricas movidas a carvão.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP) apresentaram requerimento para impugnar o artigo, alegando ser assunto estranho ao texto original da MP. Além disso, afirmaram que a iniciativa é prejudicial ao meio ambiente e vai na contramão

dos esforços do Brasil para a emissão de gases estufa.

— As termoeletricas a carvão são poluentes e quem diz isso é a comunidade científica internacional. Estamos indo na contramão do Acordo de Paris, estamos incentivando um modelo antigo e condenado pelo mundo — afirmou.

A possível retirada do artigo 20 provocou imediata reação dos senadores sulistas, cujos estados têm presença forte da indústria carvoeira.

— O artigo 20 permite a modernização do setor. A maior parte das mineradoras de carvão está operando com nível de exigência ambiental adequado — disse Ana Amélia (PP-RS).

A supressão do artigo foi rejeitada pela maioria dos senadores. O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), disse que também considera o assunto fora do escopo do texto inicial da MP, mas acredita que o presidente Temer tem condições de decidir sobre o impasse ao sancionar ou vetar o projeto.

Aloysio lembrou que qualquer alteração do texto ontem o levaria novamente para a Câmara e a MP perderia a validade hoje.

## Biênio da Matemática chama a atenção para eventos no país

Foi aprovado ontem pelo Plenário o projeto que institui o Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa. O PLC 25/2016, do deputado Alex Canziani (PTB-PR), é uma homenagem à Olimpíada Internacional de Matemática de 2017 e ao Congresso Internacional de Matemáticos de 2018, eventos que terão como sede o Brasil. Já o nome “Gomes de Sousa” é uma homenagem ao matemático maranhense Joaquim Gomes de Sousa (1829-1864), considerado o primeiro matemático importante do Brasil.

Cristovam Buarque (PPS-DF) e Fátima Bezerra (PT-RN) foram os relatores do texto, que agora vai à sanção presidencial. Para Cristovam, a instituição do biênio vai contribuir para a difusão dos dois eventos internacionais que o Brasil sediará. Já para Canziani, os eventos são uma oportunidade para promover o ensino e a cultura da matemática no país.

## MP da Segurança Pública tranca a pauta do Plenário

Foi lida em Plenário ontem a MP da Segurança Pública, que permite aos militares inativos dos estados e do Distrito Federal atuar na Força Nacional, com o objetivo de reforçar a segurança pública em situações excepcionais. A MP 737/2016 passa a trancar a pauta de votações do Plenário.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a votação do texto para a sessão de 1º de novembro, a primeira após o segundo turno das eleições municipais. A medida perde a validade no dia 3.

Transformada em Projeto de Lei de Conversão 28/2016, a MP

prevê que a autorização valerá para os militares que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos. Estão excluídos os que tenham passado para a reserva em razão de doença, acidente, invalidez, incapacidade, idade-limite, licenciamento por indisciplina, condenação judicial ou expulsão.

Para o deputado Nelson Marchezan Junior (PSDB-RS), autor da emenda que propôs a mudança, tais modalidades de inatividade são incompatíveis com a incorporação à Força Nacional.

O texto determina ainda que os militares inativos aproveitados

pela Força Nacional têm direito ao recebimento de diária. Se forem vitimados em serviço, terão direito a indenização de R\$ 100 mil, em caso de invalidez incapacitante para o trabalho. Seus dependentes terão direito a uma indenização no mesmo valor, em caso de morte do militar.

Foi aprovada também emenda que aumenta de 5 para 15 anos o prazo de aplicação de critérios de concurso interno e diploma de ensino superior para a promoção ao quadro de oficiais de bombeiros e policiais militares do Distrito Federal. Até lá, o critério para promoção será a antiguidade.

## Brasil tem mais de 22 milhões de desempregados, alerta Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) destacou mudança na metodologia de cálculo da taxa de desemprego no Brasil usada pelo IBGE.

Com os novos critérios, disse, o órgão concluiu que o número de desempregados, então estimado em 12 milhões, já passa de 22 milhões de pessoas. A nova metodologia inclui, além dos desempregados,



trabalhadores subocupados e os inativos com potencial para trabalhar.

— Lamentavelmente, eu estava correto quando dizia que o Brasil tinha mais de 20 milhões de desempregados, mas poucas pessoas acreditaram em mim. Agora, o IBGE, depois dos ajustes, disse que no Brasil são 22 milhões e 700 mil trabalhadores sem emprego.

## Vanessa diz que governo maquia discurso para liberar recursos

Em referência à liberação de recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), aprovada na terça

pelo Congresso, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse estranhar os argumentos da base do governo de que o atraso nos repasses estaria levando estudantes de universidades particulares à iminência de abandonar os estudos.



Para ela, os argumentos não têm fundamento e o dinheiro do Fies poderia ter sido liberado por medida provisória. Desculpas como essa serviram, disse, para levar ao afastamento de Dilma.

— Ou seja, isso era uma desculpa, uma de tantas desculpas que eles usam para tentar maquiar o seu discurso perante a opinião pública.

## Fátima critica reforma do ensino médio e PEC do Teto de Gastos

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou a PEC que impõe teto para os gastos públicos e manifestou apoio aos

estudantes que protestam contra o plano de reforma do ensino médio. Ela prevê o crescimento do movimento de resistência, que já ocupa centenas de escolas, diante das medidas de Temer consideradas autoritárias.



Em outro discurso, Fátima comentou artigo de Lula no qual ele denuncia abusos de autoridade.

Lula, segundo ela, diz que estão tentando incriminá-lo na Lava Jato, mas sem sucesso.

Para a parlamentar, a perseguição deve-se a um fator: o medo de que nas eleições de 2018 o ex-presidente seja eleito mais uma vez.

# Impacto da PEC do Teto de Gastos na Educação domina debate em comissão

O objetivo era discutir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas o assunto principal foi o teto para despesas e o investimento no setor

O IMPACTO NO setor de educação da proposta que estabelece um limite para os gastos públicos foi debatido ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O objetivo da audiência foi avaliar os efeitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nos últimos 20 anos e como atualizá-la. Mas a PEC 241/2016, que ainda tramita na Câmara dos Deputados, dominou os debates.

A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) afirmou que estudos da consultoria da Câmara apontam que a PEC estabelecerá um retrato do que foi executado no Orçamento para a área em 2017 e tal valor será corrigido de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nos 20 anos seguintes. O mesmo entendimento, segundo ela, têm outros estudos independentes que discutiram o assunto.

— Ou seja, de fato a PEC acaba com todas as vinculações orçamentárias hoje previstas para a educação, e isso nos níveis federal, estadual e municipal — disse.

## Investimentos

Para a deputada, o novo quadro será de grande desafio aos gestores públicos em todos os níveis, pois os dados oficiais indicam que o Brasil investe pouco em educação, e a qualidade está ligada di-



Deputada Dorinha (2º à esq.) diz, na Comissão de Educação, presidida por Cristovam (C), que teto acaba com vinculações

retamente a investimentos. Segundo Dorinha, enquanto o gasto médio por estudante no Brasil gira em torno de US\$ 3 mil anuais, nos demais países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) esse investimento se aproxima de US\$ 10 mil anuais.

— Mesmo no Brasil todos os dados mostram que bons resultados se relacionam diretamente com investimento. Quais os estudantes melhor avaliados por aqui? Os dos institutos federais, onde o custo médio por aluno é cinco vezes superior ao dos cursos regulares — disse.

Já o professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) João Monlevade afirmou que todo o modelo educacional brasileiro é concebido de forma a perpetuar a desigualdade social do país. Como alternativa para

aumentar os investimentos na educação, ele defendeu alíquotas maiores sobre o Imposto Territorial Rural (ITR), vinculando-o a gastos no setor.

## Gestão

Cristovam Buarque (PPS-DF) concordou que o Brasil não conseguirá um sistema educacional de qualidade sem mais investimentos. Mas observou que os gestores públicos em geral acomodaram-se às vinculações orçamentárias, negligenciando resultados obtidos com menos recursos.

— Cansei de visitar municípios em que os prefeitos se orgulhavam em investir 25%, 30% em educação, só que com escolas em mau estado ou oferecendo um ensino de qualidade baixa — disse.

Cristovam lembrou que o sistema não conseguiu impedir que gestores desviassem recursos para outras áreas

e justificassem como sendo de educação. Ele avalia que a PEC 241, caso aprovada, não necessariamente congelará os gastos com a educação, que podem continuar a ser reajustados desde que o setor vire, de fato, prioridade nacional.

— É agora que vamos poder ver quem, de fato, valoriza a educação. Vai ter que dizer de onde vai tirar pra investir mais lá — afirmou. A PEC estabelecerá um teto geral e possibilitará remanejamentos entre diversas destinações.

Cristovam afirmou que a atualização da LDB deve ter como foco mobilizar o país em torno da causa, passando por medidas como a federalização do setor e maior engajamento da mídia. Disse que um sistema educacional com real qualidade não será construído sem remunerar bem os professores.

Leia mais sobre o tema na página 8

## Jorge Viana lamenta conflito entre facções criminosas no Acre

Um caso de conflito entre facções criminosas em Rio Branco foi lamentado por Jorge Viana (PT-AC). Na noite de terça-feira, um grupo tomou conta do presídio conhecido por Papudinha para matar rivais. O senador disse que as forças estaduais de segurança agiram rapidamente e conseguiram, temporariamente, minimizar o sentimento de insegurança. Ele pediu que o Ministério da Defesa envie tropas para fiscalizar todas as vias de acesso ao Acre.

Viana também informou que a empresa Gol retoma, em 15 de dezembro, os vôos diários Brasília/Rio Branco.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Dário Berger alerta para conflito entre colonos e indígenas

Dário Berger (PMDB-SC) pediu ontem providências do governador do seu estado, Raimundo Colombo, e da Polícia Federal, para solucionar conflito entre colonos e indígenas em José Boiteux (SC).

Em protesto para acelerar a demarcação de terras, os índios sequestraram um agricultor e um adolescente de 15 anos, disse o senador. Ele avisou que os colonos pretendem reagir. Dário também relatou que, no último domingo, ventos de 100 a 120 quilômetros devastaram 48 cidades catarinenses. Em Tubarão, houve perdas de cerca de R\$ 300 milhões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Horário flexível para o programa de rádio Voz do Brasil vai a Plenário

O horário de transmissão do programa radiofônico *A Voz do Brasil* poderá ser flexibilizado. A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória sobre o tema aprovou ontem substitutivo do relator, deputado José Rocha (PR-BA), que torna definitiva a flexibilização autorizada para o período dos Jogos Olímpicos.

O substitutivo aprovado altera o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/1962), que obriga a veiculação do programa entre as 19h e as 20h em todo o país, exceto aos sábados, domingos e feriados. O texto original da MP 742/2016, editada por Michel Temer em 26 de julho, flexibiliza o horário de transmissão do programa apenas para o período de 5 de agosto a 18 de setembro, em função das Olimpíadas e Paralimpíadas do Rio de Janeiro.

A medida precisará ser votada pela Câmara e pelo Senado até 22 de novembro para passar a valer. Se for



Benedito de Lira, em pé ao lado de Ana Amélia, é contra relatório de José Rocha

aprovada pelas duas Casas, *A Voz do Brasil* começará a ser transmitida entre as 19h e as 21h pelas emissoras comerciais e comunitárias. As rádios legislativas terão flexibilidade apenas quando houver sessão deliberativa do Plenário, caso contrário, permanece o horário das 19h. Já as emissoras educativas vão continuar a obedecer o horário das 19h.

O Executivo também ficará autorizado, em casos excepcionais, a flexibilizar o horário de transmissão do programa ou dispensar sua veiculação. As rádios que optarem por não transmitir o noticiário na hora

tradicional ficam obrigadas a informar, no mesmo horário, sobre a retransmissão.

De acordo com a proposta, a grade de transmissão permanece como é hoje: 25 minutos para o Executivo; 5 minutos para o Judiciário; e 30 minutos para o Legislativo, sendo 10 minutos para o Senado e 20 minutos para a Câmara dos Deputados.

O relator acatou parcialmente emenda apresentada pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que permite às emissoras comerciais veicularem *A Voz do Brasil* entre as 19h e as 22h. Para o deputado,

a veiculação obrigatória em cadeia nacional, às 19h, como é hoje, não faz mais sentido. “O Brasil mudou muito nos últimos 30 anos e a população tem fontes alternativas de informação”, justificou.

Proposta idêntica já era prevista no substitutivo do Senado a projeto (PL 595/2003) que foi incluído na pauta de votações da Câmara diversas vezes, em 2015 e 2016, sem ser votado.

## Resistências

A mudança não é consensual no Congresso. O senador Benedito de Lira (PP-AL), que presidia a reunião da comissão mista no início da votação, recusou-se a conduzir os trabalhos e abandonou a sala.

Ele lembrou que o programa está no ar há mais de 80 anos e é o mais antigo no Brasil.

Argumentou que a mudança atende os interesses das emissoras comerciais e considerou “absurdo” votar a MP.

(Com informações da Agência Câmara)

Proposta modifica a Constituição para permitir que militares estaduais possam também exercer cargos nas áreas de educação e saúde. Forças Armadas já têm o benefício

# Avança texto que permite a PM acumular cargo

MILITARES DOS ESTADOS, do Distrito Federal e dos territórios poderão ser autorizados a exercer, de forma cumulativa com funções nas polícias e nos corpos de bombeiro militares, cargo de professor ou de profissões regulamentadas na área da saúde. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta que estende aos militares essa possibilidade, já assegurada a servidores civis.

A proposta (PEC 141/2015), que agora será examinada em dois turnos pelo Plenário, exige dos militares a comprovação da compatibilidade de horários para exercer os novos cargos, o que já é exigido dos servidores civis. A Emenda Constitucional 77 permite aos militares das Forças Armadas, ainda na ativa, a acumulação



CCJ, presidida por José Maranhão, aprovou a PEC ontem, que segue agora para análise em dois turnos pelo Plenário

de cargos permanentes da área de saúde. Um médico, por exemplo, poderá exercer essa atividade como militar e também como servidor civil em outros hospitais.

O mesmo direito, no entanto, não é assegurado aos militares dos estados e do DF. A PEC 141/2015, que tem origem na Câmara dos Deputados, visa acabar com a discriminação,

permitindo que os profissionais militares possam contribuir nas áreas de educação e saúde.

O relator na CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG), é favo-

rável à medida, mas observou que a possibilidade de acumulação de cargos pelos militares deve respeitar o teto de remuneração dos agentes públicos, conforme prevê o artigo 37 da Constituição federal.

“Assim, sob uma perspectiva estritamente financeira, seria mais vantajoso ao Estado, em período de severa restrição fiscal, uma situação em que militares exerçam de forma cumulativa esses cargos [de professor ou de profissional de saúde], já que a somatória de suas remunerações se submeteria ao teto constitucional, do que a admissão de outros servidores para exercê-las”, observa o relator, que apresentou emenda de redação.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Armando Monteiro (PTB-PE) votaram contra a mudança.

## Aneel poderá ser obrigada a prestar contas das atividades anualmente ao Congresso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que torna obrigatório o envio anual de relatório de atividades da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao Congresso. A proposta (PLS 475/2012), de Waldemir Moka (PMDB-MS), foi aprovada na forma de substitutivo do relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

O relator alterou a previsão de entrega do balanço. Em vez do envio semestral, como estabelece o texto original, o substitutivo exige a prestação de contas anual das atividades da Aneel.

O projeto altera dispositivo da Lei 9.427/1996, que criou a Aneel. Segundo a justificativa do projeto, a exigência se inspirou na Lei 11.182/2005, que estabeleceu a obrigatoriedade de envio de relatório anual de atividades da Agência Nacional de Aviação Civil

(Anac) para o Congresso.

“A autonomia técnica atribuída a essas entidades não lhes subtrai ao poder fiscalizatório do Congresso, que tem justamente como função típica a de controlar os atos do Poder Executivo, não só com vistas à prevenção e repressão de atos ilícitos, mas também com a finalidade de sugerir a adoção de medidas que contribuam com a maior eficiência na prestação de serviços públicos ou de relevância pública”, diz Moka na justificativa do projeto

Eunício reconheceu que o fortalecimento da função fiscalizadora do Congresso deverá beneficiar toda a sociedade. A proposta vai a votação final na Comissão de Infraestrutura (CI). Se for aprovado no colegiado e não houver recurso ao Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

## Senadores vão a Mato Grosso do Sul verificar situação de índios guaranis-kaiowás

Um grupo de senadores da Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai a Mato Grosso do Sul verificar a situação dos índios guaranis-kaiowás. O colegiado também fará audiência sobre o tema com a participação de parlamentares da comunidade europeia. Não há data para os eventos.

A iniciativa partiu de João Capiberibe (PSB-AP), após reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em setembro, quando a relatora para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, recomendou ao governo brasileiro que redobre esforços para demarcar e proteger terras indígenas. No mesmo mês, representantes dessas comunidades foram às sedes do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, na Bélgica, denunciar violações de direitos humanos por parte

do Estado brasileiro.

— Vamos tomar conhecimento da situação dos povos indígenas guarani-kaiowá que vivem em extrema dificuldade — explicou o senador.

Além dos conflitos de terra com fazendeiros, os guaranis-kaiowás enfrentam a insegurança alimentar. Pesquisa feita pelo Conselho Indigenista Missionário e pela ONG internacional Fian em três comunidades mostrou que 80% dos índios adultos restringiam a dieta para que as crianças pudessem comer.

Em 2012, um grupo de senadores, incluindo Capiberibe, visitou um acampamento guarani-kaiowá. Na época, o senador classificou as condições de vida dos índios como degradantes e culpou o Estado por ter concedido títulos de propriedade em terras tradicionalmente ocupadas por eles.

## Rose pede empenho pela aprovação da reforma política

Se a fragmentação partidária reduz a governabilidade, dificulta os acordos políticos e se torna um obstáculo à democracia, no outro extremo, a votação exclusivamente no candidato esvazia a ideologia dos partidos e a representação dos diversos setores da sociedade, afirmou Rose de Freitas (PMDB-ES).

A senadora defendeu a redução do número de partidos no Congresso e limites no acesso ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita e pediu o empenho do Legislativo para a aprovação de uma reforma eleitoral “que represente uma evolução no sistema político”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Elmano Férrer destaca Dia do Piauí, celebrado em 19 de outubro

A passagem do Dia do Piauí em 19 de outubro, data em que ocorreu a emancipação do estado da Coroa portuguesa em 1822, foi destacada por Elmano Férrer (PTB-PI). O senador ressaltou que a data “é cheia de simbolismo para o Piauí”.

— A independência do Piauí foi confirmada com a mais sangrenta batalha ocorrida no estado: a Batalha do Jenipapo, em que lutaram piauienses, cearenses e maranhenses.

Elmano lamentou, no entanto, que o Piauí não tenha independência econômica, apesar dos avanços dos últimos anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Requião pede que senadores votem contra PEC do Teto

A proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos, na verdade, bloqueia e congela o crescimento econômico do país, disse Roberto Requião (PMDB-PR). Segundo o senador, a PEC 241/2016 “foi feita por quem não sabe o que é orçamento público e, tampouco, conhece o conjunto da economia”.

Ele também comentou a prisão de Eduardo Cunha.

— A vida está dando ao ex-deputado a oportunidade de se arrepender e alcançar a redenção, entregando, em delação premiada, os corruptos que sabotaram o Brasil.



Moreira Matiz/Agência Senado

## Reguffe presta contas de suas emendas ao Orçamento de 2017

Reguffe (sem partido-DF) prestou contas ontem, em Plenário, sobre as emendas ao Orçamento de 2017 que está apresentando para beneficiar a população do Distrito Federal. Do total de mais de R\$ 15 milhões, destinará R\$ 3 milhões para aquisição de medicamentos; R\$ 2,16 milhões para compra de ambulâncias; R\$ 2,19 milhões em equipamentos para saúde; R\$ 2,1 milhões para o Hospital do Câncer de Brasília; R\$ 2,54 milhões para construir escola em tempo integral; R\$ 1 milhão para educação especial; R\$ 2,5 milhões em viaturas para polícia e bombeiros.



Moreira Matiz/Agência Senado

## Para Hélio José, Dia da Criança deve ser momento de reflexão

Instituído no Brasil em 1924, pelo então presidente Arthur Bernardes, o Dia da Criança, comemorado 12 de outubro, é uma oportunidade de reflexão sobre as condições de vida das crianças brasileiras, como a mortalidade e o trabalho infantil, ressaltou ontem Hélio José (PMDB-DF). Ele destacou que, além da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil ganhou este ano nova legislação de proteção às crianças: a Lei 13.257/2016, ou Marco Legal da Primeira Infância, onde, avaliou, a criança foi reconhecida como sujeito de direito.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Equipamentos existentes são suficientes para atender todas as mulheres acima de 40 anos, mas a falta de manutenção e a má distribuição prejudicam realização de exames

# Mamógrafos são subutilizados, conclui audiência

A QUANTIDADE DE mamógrafos no país é suficiente para todas as mulheres acima de 40 anos. No entanto, a falta de manutenção e a má distribuição dos equipamentos fazem com que sejam subutilizados. Foi o que relataram os expositores em uma audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a prevenção do câncer de mama, dentro da campanha Outubro Rosa.

A audiência debateu a implementação da Lei 12.732/2012, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento da doença iniciado no Sistema Único de Saúde (SUS), e da Lei 12.802/2013, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, quando houver condições médicas.

De acordo com a coordenadora-geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde, Jaqueline Silva Misael, há 288 hospitais habilitados em oncologia no país, o que ainda é insuficiente. Quanto aos equipamentos, há 2.656 mamógrafos na rede pública, sendo apenas 1.499 com produção.

Ela explicou que cada mamógrafo consegue produzir 5 mil exames por ano. Se todos os mamógrafos estivessem produzindo, seriam feitas 7,5 milhões de mamografias por ano, o suficiente para todas as mulheres acima de 40 anos no país. No entanto, a produção, em 2015, segundo Jaqueline, foi de 4,1 milhões de mamografias.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-



Edison Lobão (C), presidente da comissão, entre os debatedores que participaram da audiência

SP) discordou, no entanto, de que existam mamógrafos suficientes, pois, para ela, se não existem manutenção e pessoas para operar a máquina, não há equipamentos suficientes no país.

## Diagnóstico tardio

O presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, Ruffo de Freitas Júnior, afirmou que há um aumento de mil casos por ano de câncer de mama e que a maior parte das mulheres ainda recebe o diagnóstico numa fase avançada da doença. O médico comentou uma notícia recente de que 60% das mulheres foram ao Instituto Nacional de Câncer (Inca) por terem descoberto a doença sozinhas, pelo autoexame das mamas. Isso, para ele, é uma falha grande no acesso à mamografia.

— É um absurdo! Quando nós falamos que a mulher apalpa o tumor, significa que falhamos em oferecer a essa mulher mamografia, de forma que pudesse ser detectado antes que ele se

tornasse grande o suficiente para ela ter o tumor apalpado — disse.

Freitas Junior relatou que entre 2008 e 2014 o número de reconstrução imediata da mama após a mastectomia passou de 15% para 30%. O médico celebrou o aumento, mas disse que ainda é pouco, pois cerca de 70% das mulheres tratadas pelo SUS deveriam passar pela reconstrução mamária.

## Sistema de informação

Os expositores também alertaram para a necessidade de que o Sistema de Informação do Câncer (Siscan) continue sendo implantado no Brasil. O Siscan foi instituído em 2013 pelo Ministério da Saúde com a finalidade de permitir o monitoramento das ações relacionadas à detecção precoce, à confirmação diagnóstica e ao início do tratamento dos cânceres.

O subprocurador-geral da República, Eitel Pereira, afirmou que, embora a implantação do Siscan tenha parado,

há pela primeira vez boa vontade por parte do Ministério da Saúde de compartilhar informações.

— Espero que o ministério possa ampliar a capilaridade do Siscan para acelerar o atendimento e acabar com a fila no atendimento — disse.

Em relação ao Siscan, Jaqueline Misael disse que há dificuldades na operacionalização do sistema e que o Ministério da Saúde tem trabalhado para entender esse problema de forma integrada com os estados.

Para o assessor da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) Thiago Turbay, é preciso aprimorar o Siscan:

— O Siscan passa por uma série de dificuldades de implantação, de plataforma, acessibilidade de internet de alguns centros de saúde, mas acho que precisamos dar o primeiro passo.

## Idade mínima

A senadora Ana Amélia (PP-RS), que requereu a audiência, questionou a idade recomendada para que as mulheres façam a mamografia, que atualmente é de 50 anos. A representante do Ministério da Saúde afirmou que o governo está aberto à possível alteração dessa idade para 40 anos, seguindo evidências científicas. Mas ela explicou que todas as mulheres podem fazer o exame pelo SUS.

— Qualquer mulher que precise de mamografia pode realizar o exame. A diferença está na forma de financiamento. Mas todas têm direito — disse Jaqueline Misael.

## Rodovia que interliga Região Sul poderá ser federal

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 58/2016, que torna federal a rodovia entre os municípios de Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). A proposta segue para análise no Plenário do Senado.

O trecho, que está em processo de pavimentação, passa a integrar a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal. Ele começa no entroncamento com a BR-285, na cidade de Bom Jesus (RS), atravessa a divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passa pelas cidades catarinenses de São

Joaquim e Urubici e continua até o entroncamento com a BR-282, a nove quilômetros de Bom Retiro (SC). São 161 quilômetros de estrada que interligam as serras gaúcha e catarinense, encurtando o trajeto atual em mais de 120 quilômetros. Isso também reduzirá o trajeto entre Gramado (RS) e Florianópolis (SC), destacou o relator da matéria, Dário Berger (PMDB-SC).

— A integração física entre esses dois estados da Região Sul também ajuda a promover, por via indireta, a integração econômica, política, social e cultural do Mercosul — afirmou o senador.

Dário disse ainda que a implantação da rodovia vai beneficiar o turismo, já que a Rota da Neve, como é popularmente conhecida, é cheia de belezas naturais, com cânions e rios que cortam as montanhas.

## BNDDES

Foram aprovados também dois requerimentos de audiência pública, um para debater o financiamento de obras no exterior pelo BNDDES, para a qual será convidada a presidente da instituição, Maria Sílvia Bastos Marques, e outro para debater a situação do sistema Eletrobras.

## Comissão indagará governo sobre o Programa de Aviação Regional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pediu ao governo federal informações sobre a execução do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Em reunião ontem, foram aprovados requerimentos de Wellington Fagundes (PR-MT) destinados aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e dos Transportes.

Entre outros aspectos, Wellington quer saber como está a execução física e financeira do programa e a estimativa de custo dos investimentos por passageiro. Ele

cita notícias veiculadas pela imprensa de corte do número de aeroportos que seriam atendidos pelo programa, que passaram de 270 para 53. Destaca ainda a existência de projetos que aguardam a liberação de recursos.

A comissão também aprovou um pedido de informação ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre ações de monitoramento e acompanhamento do programa.

A política do governo federal para a aviação regional está sendo avaliada pela CDR neste ano, e Wellington Fagundes é o relator do tema.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também aprovou a delegada permanente do Brasil em Genebra, na Suíça

# Nomes de embaixadores indicados para Tunísia e Irã vão a Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem indicações de três diplomatas para chefiarem escritórios brasileiros no exterior. Márcia Maro da Silva e Rodrigo de Azeredo Santos assumirão as embaixadas na Tunísia e no Irã, respectivamente. Maria Nazareth Farani Azevêdo assumirá o cargo de delegada permanente do Brasil em Genebra, na Suíça — onde a ONU e alguns de seus órgãos ficam sediados.

Todos os nomes foram aprovados de forma unânime. As indicações serão agora votadas pelo Plenário do Senado.

Em sabatina, Márcia Maro destacou a posição estratégica da Tunísia, na entrada do Mar Mediterrâneo, e a sua relativa estabilidade política em relação às nações vizinhas. A diplomata relatou que o processo de independência da Tunísia, concluído em 1956, teve liderança e inspiração de movimentos liberais e republicanos.

— Há uma esperança de que a Tunísia possa ser um caso bem-sucedido de país que afirma sua identidade árabe e muçulmana ao mesmo tempo que anseia por ser uma democracia constitucional, onde impera o Estado de direito.

No tocante ao Brasil, a diplomata disse que há a possibilidade de cooperação na área social, com a reprodução de programas brasileiros, e na defesa, com a negociação de aeronaves da Embraer.

Já o grande desafio nas relações com o Irã, segundo Azeredo Santos, são as sanções que o país sofreu da comunidade internacional nos últimos anos devido ao seu programa de energia nuclear.

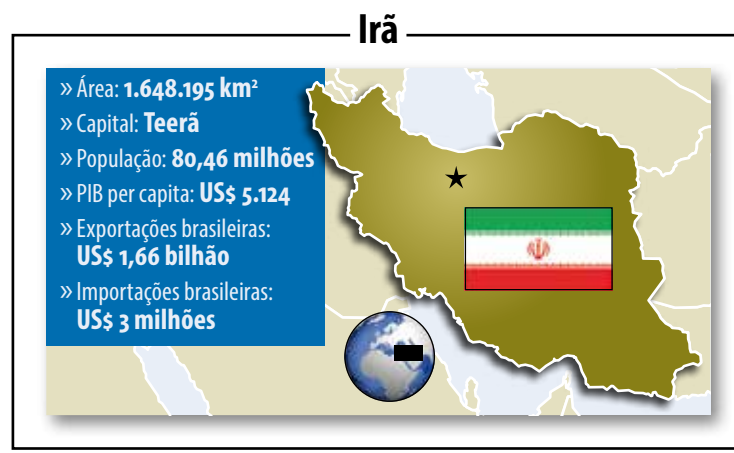
— O Brasil estava engajado em uma solução pacífica, fiel à sua tradição diplomática. Era o ator que tinha a maior confiança das partes envolvidas. Hoje o Irã busca se inserir de forma mais aberta na comunidade internacional e o Brasil tem um desafio importante.

## Nações Unidas

Nazareth Farani pode chefiar a delegação do Brasil em Genebra, cargo que já ocupou entre 2008 e 2013. O escritório tem “grande sensibilidade” para a diplomacia brasileira, segundo ela, porque lida com diversos organismos da ONU, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Internacional do Trabalho.

— O desafio da missão permanente em Genebra é múltiplo, multifacetado e sensível. Enxergar a solução ideal e o menor custo possível é a rotina do trabalho.

Ela chamou a atenção dos senadores para a falta de verbas que encontrou e disse que precisou recorrer “ao voluntariado e à solidariedade” da comunidade brasileira para prestar assistência efetivamente. A diplomata fez um apelo pelo fortalecimento do setor consular do Ministério das Relações Exteriores.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



Maria Nazareth fala em reunião presidida por Lasier Martins, onde os nomes de Márcia e Santos também foram acatados

## Brasil pode ter interação legislativa com Colômbia e Mongólia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a criação de grupos parlamentares do Brasil com a Colômbia e com a Mongólia. O objetivo é incentivar as relações bilaterais entre os países. Os textos seguem para a análise da Comissão Diretora.

Os dois projetos preveem

visitas e reuniões para o intercâmbio de experiências. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que sugeriu a criação do grupo com a Colômbia, considera que a conclusão do processo de paz naquele país abre a oportunidade para maior aproximação com o Brasil. De acordo com o autor do projeto que cria o grupo com a Mon-

golia, Jorge Viana (PT-AC), a iniciativa é um importante instrumento na construção de diálogo político.

Também foram lidos os relatórios favoráveis a indicações do presidente da República para missões no exterior. Os indicados precisarão ser sabatinados antes da votação. Os relatórios foram favoráveis

à indicação de Carlos Alberto Magalhães para embaixador no Paraguai e de Denis Pinto para embaixador no Canadá.

Também foi lido relatório favorável à indicação de João Carlos de Souza-Gomes para representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

## Aprovada criação de três grupos parlamentares transnacionais

A Comissão Diretora do Senado aprovou ontem três projetos de resolução que criam grupos parlamentares do Brasil com a Coreia do Sul, Guiné e Nova Zelândia. O objetivo dos grupos é incentivar e desenvolver as relações com os três países e cooperar para o maior intercâmbio entre seus Poderes Legislativos.

Qualquer deputado ou senador poderá aderir aos grupos. A cooperação será feita por

meio de visitas parlamentares, realização de congressos e seminários e partilha de estudos de natureza política, jurídica e social. Conhecimentos nas áreas tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional e econômica também poderão ser compartilhados. Os grupos ainda poderão realizar intercâmbio de experiências parlamentares e a permuta de publicações legislativas.

O PRS 53/2015, de Flexa Ri-

beiro (PSDB-PA), cria o Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul. Na justificativa, Flexa Ribeiro destaca a forte parceria comercial entre os países.

Pelo PLS 24/2015, ficou instituído o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné. O autor da proposta, Magno Malta (PR-ES), lembrou que a relação econômica entre os países tem se intensificado. Entre 2004 e 2012, o volume de comércio entre os dois países passou

de US\$ 14 milhões para US\$ 67 milhões.

Já o PRS 43/2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), trata da criação do Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia. A justificativa destaca a posição geográfica privilegiada da Nova Zelândia e a experiência neozelandesa na área de laticínios, que constitui um ponto de interesse para a indústria brasileira de leite e derivados.

## Cidinho: Paraguai deve ser exemplo de reformas

Para Cidinho Santos (PR-MT), o Brasil deve se inspirar no Paraguai e promover as reformas trabalhista e tributária para atrair a instalação de empresas, a geração de emprego e o desenvolvimento do país.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo reportagem do jornal *Correio do Estado*, citada pelo senador, o governo paraguaio isentou do imposto de importação sobre máquinas e matérias-primas as empresas estrangeiras que quiserem investir no país.

— Com isso, cerca de 116 empresas aproveitaram esse incentivo, 80% das quais brasileiras.

## Kátia Abreu destaca potencial do Matopiba

A região do Matopiba, delimitada pela Embrapa em partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é a última fronteira agrícola do país, com 35 milhões de hectares para a produção de alimentos e já responsável por 10% da produção nacional de grãos, disse Kátia Abreu (PMDB-TO).



Marcos Oliveira/Agência Senado

— No entanto, das 250 mil propriedades rurais locais, 235 mil se enquadram nas classes D e E. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,64, contra 0,73 da média nacional. Vamos reverter esse IDH vergonhoso.

## Armando quer investimentos em Pernambuco

Armando Monteiro (PTB-PE) protestou contra a exclusão de projetos de Pernambuco no Programa de Parceria de Investimentos (PPI), lançado em setembro pelo governo. Segundo o senador, os 34 projetos previstos no programa, que tratam de concessões em áreas como transporte, energia, saneamento e mineração, não incluem as demandas do estado.



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Armando criticou ainda a redução de 22% dos recursos orçamentários para investimentos em infraestrutura de transporte em Pernambuco.

# Senado marca votação da PEC do Teto de Gastos

Presidente da Casa e líderes dos partidos decidiram que proposta que limita gastos por 20 anos passará pela segunda e última votação no Plenário no dia 13 de dezembro

A PROPOSTA DO governo que limita o crescimento dos gastos públicos por 20 anos já tem um cronograma de votação no Senado. A PEC 241/2016 deverá ser votada na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) em 9 de novembro, a primeira votação no Plenário deverá ocorrer em 29 de novembro e a segunda e última votação, em 13 de dezembro. A PEC atualmente está na Câmara dos Deputados.

O calendário foi definido ontem, numa reunião entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes dos partidos na Casa. Renan afirmou:

— É um calendário que vai qualificar o debate. Faremos audiência pública tanto na CCJ quanto no Plenário.

O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmou que haverá um amplo debate e que a sociedade também será ouvida.

A oposição concordou com as datas acordadas. Randolfe Rodrigues (Rede-AP), porém, ressaltou que não há entendimento quanto ao mérito e afirmou que a única coisa a fazer “é derrotar essa PEC”, que poderia comprometer os investimentos em educação e “congelar o salário mínimo por pelo menos dez anos”.

Mesma posição tem José Pimentel (PT-CE). Segundo ele, a discussão no Senado será importante para esclarecer a opinião pública:

— Nós não temos a menor possibilidade de votar o texto que está em tramitação na Câmara. O debate sobre o assunto já deixou muito claro que nós somos contrários a prejudicar os mais pobres.

## Reforma política

Na reunião, também ficou acertado o cronograma de votação da PEC 36/2016, que extingue as coligações nas eleições proporcionais (para vereador e deputado federal e estadual) e estabelece uma cláusula de barreira para os partidos. A primeira votação deverá ser em 9 de novembro. A segunda, no dia 23.

Essa proposta da reforma política cria a categoria dos partidos com “funcionamento parlamentar”. Seriam aqueles com acesso ao Fundo Partidário e a tempo de propaganda no rádio e na TV. Para se enquadrar, um partido precisará obter uma votação nacional mínima nas eleições gerais de pelo menos 2% dos votos válidos em 2018 e pelo menos 3% a partir de 2022. Esses votos deverão estar distribuídos em pelo menos 14

estados, com um mínimo de 2% dos votos válidos de cada um.

Aécio Neves (PSDB-MG), que junto com Ricardo Ferraço (PSDB-ES) é o autor da PEC 36/2016, disse que essa cláusula de barreira poderá reduzir de 25 para 13 o número de partidos em atuação no Congresso:

— É inconcebível e inaceitável que continuemos a ter um processo político-partidário como o atual, em que 25 partidos estejam representados. Não existem 25 correntes de pensamento no Brasil que justifiquem esse número excessivo. Agrego uma informação: existem em tramitação no Tribunal Superior Eleitoral pedidos para a criação de mais 51 legendas.

Amanhã, às 11h, haverá uma nova reunião de Renan com os líderes para marcar a votação de outros projetos até o fim do ano, como a lei de abuso de autoridade e medidas de combate à corrupção. Renan afirmou que o projeto sobre abuso de autoridade (PLS 280/2016) deve ser conjugado com a reforma política e com novas regras de combate à corrupção:

— Se fizermos essa junção para votarmos tais propostas, estaremos aperfeiçoando o país e as instituições.

## Calendário

24/out.	▪ Votação na Câmara
25/out.	▪ Leitura no Senado ▪ Envio à CCJ
1º/nov.	▪ Leitura do relatório na CCJ ▪ Vistas coletivas
8/nov.	▪ Audiência pública na CCJ
9/nov.	▪ Votação na CCJ
17/nov.	▪ 1ª sessão de discussão em Plenário
18/nov.	▪ 2ª sessão de discussão em Plenário
21/nov.	▪ 3ª sessão de discussão em Plenário ▪ Sessão de debates temáticos (Plenário)
22/nov.	▪ 4ª sessão de discussão em Plenário.
23/nov.	▪ 5ª sessão de discussão em Plenário
29/nov.	▪ <b>Votação em 1º turno</b>
6/dez.	▪ 1ª sessão de discussão em 2º turno
7/dez.	▪ 2ª sessão de discussão em 2º turno
8/dez.	▪ 3ª sessão de discussão em 2º turno
13/dez.	▪ <b>Votação em 2º turno</b>



Valdir Raupp, Simone Tebet, Wellington Fagundes, José Agripino, Raimundo Lira, Paulo Paim e Roberto Muniz foram os relatores das emendas apresentadas pelas comissões permanentes do Senado

## Comissões aprovam emendas à proposta orçamentária de 2017

Oito comissões permanentes do Senado aprovaram ontem emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (PLN 18/2016) para 2017. Agora as emendas serão analisadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), os senadores apresentaram 97 sugestões, que foram agrupadas pelo relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), em três emendas de remanejamento de recursos e quatro de apropriação, que são as que acrescentam dotações e, simultaneamente, anulam valor equivalente em outras dotações.

As emendas de remanejamento são dirigidas à construção da Ferrovia Ferroeste, de Cascavel (PR) a Maracaju (MS), no valor de R\$ 300 milhões; à ponte internacional entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (Paraguai), no valor de R\$ 50 milhões; e ao anel rodoviário em Três Lagoas na BR-262 (MS), no valor de R\$ 50 milhões.

Já as de apropriação se destinam à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos regionais, no valor de R\$ 400 milhões; à adequação de trecho rodoviário e entroncamentos da BR 226, da BR 116 e da BR 304, na Região Nordeste, no valor de R\$ 300 milhões; a ações de apoio a projetos de desenvolvimento

sustentável integrado, no valor de R\$ 400 milhões; e para a adequação de trecho rodoviário da BR 174, na divisa entre Mato Grosso e Rondônia, e da BR 409 com a estrada estadual AC-170, no valor de R\$ 400 milhões.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou emendas no valor de R\$ 1,8 bilhão. Os recursos se destinam ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e aos Ministérios das Cidades, do Turismo e da Integração Nacional. O relatório, na CDR, é de Simone Tebet (PMDB-MS).

Na Comissão Senado do Futuro, foram quatro emendas de apropriação que vão beneficiar o Exército e os Ministérios da Educação, da Justiça e da Ciência e Tecnologia.

### Violência contra a mulher

O atendimento a mulheres vítimas de violência poderá receber R\$ 140 milhões em 2017, conforme emendas aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O relator, José Agripino (DEM-RN), acolheu ainda emenda de R\$ 150 milhões para implantação de procuradorias nas varas da Justiça Federal. Já a prestação de assistência jurídica ao cidadão pela Defensoria Pública da

União deverá receber R\$ 200 milhões. A última emenda destina R\$ 80 milhões à Advocacia-Geral da União (AGU).

A Comissão de Direitos Humanos também priorizou, em suas emendas, a proteção a mulheres em situação de violência, com R\$ 200 milhões. Incluiu ainda recursos para atendimento especializado a crianças e adolescentes, para ações de promoção da igualdade racial e para o Ministério Público do Trabalho. O relator foi Paulo Paim (PT-RS).

Já as quatro emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para o Orçamento da União de 2017 têm foco na saúde. Segundo o relator, Raimundo Lira (PMDB-PB), o critério para escolher 4 das 179 sugestões apresentadas foi a preferência dos senadores e as que tinham mais abrangência em relação às pessoas de baixa renda. O parlamentar concluiu que a área da saúde era a mais emergencial. Uma das emendas destina R\$ 520 milhões para o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

### Defesa

As emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), propostas pelo relator, Valdir Raupp, contemplaram a implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros

2020 (R\$ 355,4 milhões); a construção de submarinos convencionais (R\$ 521 milhões); o desenvolvimento de cargueiro tático militar (R\$ 600 milhões); e os serviços consulares e de assistência a brasileiros no exterior (R\$ 100 milhões).

### Agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou emendas no total de R\$ 1,8 bilhão. O relator, Roberto Muniz (PP-BA), acatou 6 das 81 propostas apresentadas pelo colegiado. Uma delas viabiliza a execução do Censo Agropecuário de 2017, pelo IBGE, no valor de R\$ 1,1 bilhão. Muniz lembrou que desde 2007 não é feito o Censo Agropecuário no Brasil, enquanto a norma prevê a realização da contagem a cada cinco anos.

Com a alteração regimental no ano passado, a Comissão Mista de Orçamento também pôde aprovar emendas. Foram quatro: R\$ 108,5 milhões ao Incra para aquisição de imóveis para novos assentamentos da reforma agrária; R\$ 200 milhões para obras de infraestrutura hídrica no Nordeste; R\$ 200 milhões para saneamento básico em municípios com até 50 mil habitantes; e R\$ 500 milhões para desenvolvimento urbano